



com apoio, proteção e subserviência de setores da sociedade civil como empresários e grandes fazendeiros, políticos conservadores, uma parcela significativa da hierarquia da Igreja Católica e dos meios de comunicação de massas.

Foram esses setores que alimentaram durante anos, sobretudo a partir de 1961, a luta contra os reformistas-populistas e contra a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal constatação se impõe sem desmerecer, nunca, o apoio ideológico, econômico e militar do governo dos Estados Unidos aos golpistas no contexto internacional da Guerra Fria e do impacto no continente americano da Revolução Cubana e, portanto, da disputa político-ideológica entre partidários do sistema capitalista e socialista no mundo. (2012, p. 170).

Na Amazônia brasileira a adesão dos meios de comunicação de massa tradicionais à ditadura civil-militar contou como moldura as sucessivas propagações em suas páginas dos planos desenvolvimentistas para a região, à moda do “integrar para não entregar”, mas também reforçavam em seus discursos verbal ou imagético os possíveis perigos do “*comunismo* ou da *ameaça vermelha*”. Petit e Cuéllar, (2012) ao observarem a imprensa do Estado do Pará, afirmam que

Tratava-se de matérias que "desqualificavam" o ideário marxista como estratégia de embate ideológico que permeou a Guerra Fria. Os artigos versavam sobre o "Perigo Vermelho", "Cubanização", "Avanço Comunista" e outras expressões que instigavam os leitores a pensar esse regime sócio-político- econômico como um inimigo a ser combatido (Velarde, 2005; Sousa, 2011, Apud, Petit e Cuéllar (2012, p.180-1).

Como os meios de comunicação de massa pautaram suas páginas pela agenda dos militares, ora imprimindo os perigos do comunismo e outros temas correlatos, ora ressaltando os planos de desenvolvimento para a Amazônia ou as conquistas alcançadas com o "milagre econômico" brasileiro e com a vitória da seleção de futebol na Copa do Mundo de 1970, outros veículos de comunicação tiveram que ser criados para garantir informações de interesse público não ligadas ao regime militar.

E nesse período que há um “boom” de pequenos jornais alternativos no Brasil que tinham, dentro da diversidade de cada projeto, um ponto em comum:



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao *imperialismo*, dos quais a ditadura era vista como uma representação. (KUCINSKI, 2001, p.6).

É desta época os jornais alternativos *O Pasquim* (1969), *Em Tempo* (1977), *O Movimento* (1975). Na Amazônia destacavam-se os jornais *Varadouro* (1977), do Acre; *Nanico* (1979) e *Resistência* (1978), de Belém do Pará. Este último, objeto de análise do presente artigo, ainda sobrevive na Amazônia, com página na internet.

Diversos acontecimentos levaram ao fim os 21 anos de ditadura civil-militar, quando o Brasil pôde enfim se redemocratizar. Segundo o sociólogo Marco Aurélio Nogueira (2007), essa redemocratização no país começou antes do fim do governo militarista. Em um primeiro momento, o autor (2007, P.206) delimita o período a partir do ano de 1975 (quando ocorreu a morte do jornalista Vladimir Herzog), ao ano de 1988, quando foi aprovada a nova constituição brasileira. Por outro lado, Nogueira sugere que a redemocratização pode ter outros momentos que servem como pontos iniciais: a realização de uma eleição direta em 1989; a estabilização econômica realizada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994; a eleição de Lula em 2002 – vindo do movimento operário – para a Presidente da República.

Apesar da tentativa de demarcar em períodos o início da redemocratização no Brasil, Nogueira admite que não há como definir uma data precisa para início do processo, pois o fim de uma ditadura “(...) só se completa quando se consegue dar início à edificação de um regime firmemente comprometido com a democracia, legitimado socialmente e sustentado por uma cultura pública revigorada. (NOGUEIRA, 2006, p. 206).

Mas, à medida que o país avança - levando-se em consideração que o fim do regime militar é recente - se pode visualizar mecanismos de fortalecimento democráticos como o processo de eleições diretas e seu aperfeiçoamento no país, em que cada cidadão pode escolher seus representantes políticos; a participação de cidadãos ativos em movimentos sociais lutando por melhores condições de vida; o número



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

ascendente de atores sociais que utilizam canais de comunicação, como os populares e alternativos, dentre outros.

Especificamente neste artigo, analisam-se dois meios de comunicação contra hegemônicos, o *Jornal Resistência* (1978) e o *Jornal Pessoal* (1987), de conteúdo crítico-emancipador, sobreviventes do período de ditadura militar e de redemocratização pelo qual o Brasil passou a partir de 1985. Hoje, essas publicações podem ser encontradas não só no formato impresso como também em páginas na internet e continuam a denunciar e compartilhar informações omitidas da sociedade amazônica.

Este compartilhamento de informações por essas mídias alternativas se reveste de uma grande importância na Amazônia. Primeiro porque a internet contribuiu para que pessoas de todas as partes do planeta compartilhem e produzam conteúdos, diminuindo as barreiras geográficas, que no caso específico da região são enormes. E em segundo: o número de pessoas na Amazônia que têm acesso a computadores com internet ainda é pequeno em relação às outras regiões do País. O Estado do Pará é um exemplo de tal situação: em 2010, a Fundação Getúlio Vargas produziu o Mapa da Inclusão Digital, um estudo que mostra que apenas 13,75% dos domicílios paraenses possuem computadores com acesso à internet, enquanto São Paulo possui 48,22% de seus domicílios com igual acesso.

O objeto de análise deste artigo se concentra nas formas que, enquanto mídias alternativas, o *Jornal Resistência* e o *Jornal Pessoal*, assumiram no período da ditadura militar até os dias atuais, estudando a maneira pela qual se apropriaram das tecnologias disponíveis em cada contexto histórico para a manutenção de suas atividades de resistência na região, desde o nascimento no meio impresso até a adaptação dos jornais ao meio *online* e as redes de solidariedade que se formaram a partir dessa mudança.

Mídias alternativas, Redes, Esfera pública alternativa

A luta por direitos sagrados de cidadania ativados por atores sociais de movimentos populares, tanto no período da ditadura quanto no pós-ditadura até os dias atuais, mantém-se firme e se readequando às mudanças de contexto no campo político, econômico, cultural, tecnológico e ideológico pelo qual o país atravessa.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

É nesta perspectiva que se afirma que durante a ditadura civil-militar, a imprensa alternativa, como era chamada no período, era um dos principais meios a serem utilizados por grupos de esquerda, intelectuais, jornalistas e populares para combater o regime. Os jornais eram vendidos nas cidades em bancas de revistas ou clandestinamente. Outros eram distribuídos em pequenos vilarejos da floresta amazônica de forma gratuita. Tinham como pauta a censura, a luta pela democracia do País, a denúncia contra as violações do direito do homem.

Com a consolidação da democracia brasileira, os meios de comunicação alternativos - alguns sobreviveram ao período ditatorial e pós ditadura, inseriram-se no universo multimidiático em rede e passaram a pautar conteúdos mais diversificados, “de enfoques críticos e contestadores; aos políticos e educativos e até os literários e artísticos” (PERUZZO, 2008, p.13).

Os estudos do pesquisador John Downing (2002) são fundamentais para se entender, de forma mais ampla, o caráter e abrangência desses meios de comunicação contra hegemônicos na contemporaneidade. Downing (2002) chama de mídia radical alternativa para as inúmeras formas de comunicação como o teatro de rua, a dança, o grafite, a literatura, as rádios comunitárias, as pichações de autoria desconhecidas encontradas em banheiros, as canções, os discursos orais e escritos no meio impresso, dentre outras, que “expressam uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (2002, p.22).

Segundo Downing, as mídias radicais são uma “resistência a múltiplas fontes de opressão” (2002, p. 53) exercida por diferentes setores da sociedade. Muitas vezes surgem em tempos de conflitos e tensões políticas como em períodos de ditaduras, guerras, ou em sociedades nas quais a dominação cultural gera uma situação de opressão. Para ele, essa mídia “expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estreitos, do discurso da mídia convencional” (2002, p. 81), destacando vozes por vezes ridicularizadas ou assuntos omitidos nos grandes meios de comunicação.

Ao trabalhar o conceito de esfera pública alternativa, Downing utiliza o estudo de Habermas e de outros pensadores posteriores, como os críticos marxistas Oskar Negt e Alexander Kluge. Esses autores discordavam do pensamento de Habermas que



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

acreditava que a esfera pública havia desaparecido. Eles afirmavam a existência de uma esfera pública *proletária* na contemporaneidade (2002, p. 63) como zonas alternativas para o debate e a reflexão na sociedade.

A esfera pública alternativa vem se reconfigurando com os avanços tecnológicos. De acordo com Castells (1999), a internet, a Rede das redes, aumentou o poder de participação de grupos diversos na produção de informação, possibilitou um maior fluxo de informações de longo alcance e em um menor espaço de tempo. A rede porém, está longe de promover a igualdade social no campo eletrônico:

O processo da formação e difusão da internet e das redes de CMC a ela ligadas nos últimos 25 anos moldou de forma definitiva a estrutura do novo veículo de comunicação na arquitetura da rede, na cultura de seus usuários e nos padrões reais de comunicação. A arquitetura da rede é, e continuará sendo, aberta sob o ponto de vista tecnológico, possibilitando amplo acesso público e limitando seriamente restrições governamentais ou comerciais a esse acesso, embora a desigualdade social se manifeste de maneira poderosa no domínio eletrônico. (CASTELLS, 1999, p.441).

Entretanto, muitos grupos ou atores sociais viram na internet um espaço de oportunidade para emitir informações e opiniões por meio dos processos de comunicação alternativa, revolucionados pela comunicação mediada por computador (CMC), ganhando novos formatos e feições (PERUZZO, 2008, p.14).

Dênis de Moraes (2007) compreende a internet como uma “arena de lutas e conflitos pela hegemonia, vale dizer, de batalhas permanentes pela conquista do consenso social e da liderança cultural-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras” (2007, p. 1). Isso significa dizer que as lutas que antes eram travadas entre as classes sociais não desapareceram, ao contrário migraram também para o meio virtual.

Para o autor, as mídias alternativas devem ter comprometimento com as mudanças sociais e utilizar o espaço virtual de forma democrática. Tal prática é ainda mais importante em países periféricos em que as desigualdades sociais são mais visíveis, como no Brasil. Entretanto, Moraes adverte que as discussões podem ter início na internet, exatamente pela diversidade de conteúdos e facilidade de contato entre atores sociais que ela favorece, mas as soluções devem acontecer no mundo físico, onde



as transformações sociais podem de fato ocorrer. “Estou convencido de que é no território físico, socialmente vivenciado, que se travam e se travarão as lutas decisivas por uma outra comunicação e um outro mundo possíveis”. (MORAES, 2007, p. 17).

Jornal Resistência

Em 1977, ainda sob o manto da ditadura civil-militar, foi criada no Pará a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) com a finalidade de lutar contra as violações aos direitos humanos ocorridas na Amazônia e a favor da anistia dos presos políticos do país. Os estudos de Paulo Ferreira (2009, p. 01) indicam que a entidade foi organizada por “lavradores, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, religiosos, operários da construção civil e gráficos” ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (2009, p. 01) que se posicionavam contra o regime imposto no país e na fronteira Norte do País. Para fortalecer a luta, a SDDH lançou, em 1978, o *Jornal Resistência*.

Figura 1: Fotos de algumas edições impressas do Jornal Resistência.



Fonte: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, 2014.

Com o lema “Resistir é preciso”, o objetivo do jornal à época, segundo a professora da UFPA e colaboradora do alternativo, Rosaly Brito⁷, era alertar sobre as pressões comandadas pelo governo militar na Amazônia, lutar contra os problemas sociais que a região enfrentava devido à implantação de grandes projetos na região e denunciar os constantes massacres de índios, colonos e posseiros que se posicionavam contrários à utilização da Amazônia apenas de forma mercadológica (BRITO, 2013, p.



5).

Enquanto a mídia convencional enfatizava ora as riquezas contidas na Serra dos Carajás, no Sudeste do Pará; ora o projeto do governo brasileiro para a exploração mineral, o *Resistência* se preocupava em expor as “lutas contra os latifundiários da castanha, a chegada dos pecuaristas mineiros e paulistas, e os capixabas, do extrativismo madeireiro” (FERREIRA, 2009, p. 6). Ao possuir uma linha editorial de contra hegemonia na Amazônia, apoiando diversos movimentos sociais e políticos, a equipe responsável pela publicação sofreu ameaças e atentados violentos durante o regime militar.

Ferreira (2009) registra que a quinta edição do jornal continha depoimentos de quatro ex-presidiários políticos que foram torturados por policiais no Ministério do Exército. Por este motivo, antes que as edições fossem colocadas à venda, os jornais foram apreendidos pela Polícia Federal. Diante de tanto arbitrariedade, distribuir o jornal no estado Pará, nas cidades e em áreas de floresta, se tornou tarefa difícil de ser exercida, e poucas bancas de revistas aceitavam vender o jornal.

Com a abertura política no país preparando o processo de redemocratização, o *Resistência* enfrentou crises financeira e política. A financeira, típica da natureza alternativa desses meios de comunicação, que não eram voltados para o mercado e dependia do trabalho voluntário de jornalistas e outros atores sociais que compartilhavam a ideologia do jornal; e no campo político, parte considerável dos jornalistas eram ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e acreditavam que a proposta editorial do jornal deveria estar em sintonia com o que era pregado pelo partido.

Todos esses fatores, acrescidos da brutal recessão econômica, que debilitava as finanças da SDDH, mais os prejuízos causados pela censura, contribuíram para, junto com as divergências ideológicas, encerrar a participação do *Resistência*, uma das mais saudáveis experiências da imprensa alternativa no Norte do Brasil. (FERREIRA, 2009, p. 16)

Depois de um longo tempo sem ser publicado, a SDDH resolveu retornar ações do jornal aproveitando a rede mundial de computadores, a internet. Esta rede possibilita um



maior acesso público às informações, com menores restrições governamentais e comerciais (Castells,1999). Hoje existe uma versão *online* do *Resistência*, em formato

PDF na internet. Foram criados também um blog, uma página no *Facebook* e um perfil no *Twitter*. Esses redes sociais são atualizadas diariamente. O leitor que desejar receber um resumo de notícias publicadas no blog no decorrer da semana pode mandar um e-mail solicitando o “*Boletim Resistência Online*”, com links de notícias diversas.

Figura 2: Página do *Jornal Resistência* no *Facebook*.



Fonte: (<https://www.facebook.com/resistenciaonline?fref=ts>), 2014.



Figura 3: Imagens do *Blog* e do *Twitter* do *Jornal Resistência*



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Guardadas as devidas proporções de contexto histórico e de atores sociais envolvidos em cada projeto do *Resistência* impresso e do *online*, a cobertura da Amazônia é central. Na pauta das mídias sociais do *Resistência online* há os prejuízos ambientais que a região e as populações tradicionais sofrem com a construção da usina de Belo Monte, a concentração fundiária e grilagem de terras na Amazônia.

Figura 4: Charge do *Resistência on line* sobre a usina de Belo Monte.



Fonte: (<http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/p/arquivo.html>), 2014.

Há também registros pelas mídias sociais das opressões e torturas que a equipe do jornal sofreu no período da ditadura civil-militar, a invasão da sede da SDDH por policiais em 1984 e lembrada na edição do jornal *Resistência* de agosto de 2013; o assassinato de Paulo Fonteles (primeiro presidente da SDDH) por pistoleiros em 1987 por atuar como advogado de posseiros no violento Sul do Pará, dentre outros temas.

O *Resistência* continua na luta por uma história que ainda precisa ser revelada na região e também instrumento de resistência contra as consequências deixadas pelo mando da ditadura militar na região e planejamentos políticos posteriores.



Jornal pessoal

Em setembro de 1987, quando o Brasil estava trilhando os passos da redemocratização, foi lançado pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto a primeira edição do *Jornal Pessoal*, que apresentou como matéria de capa o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles. Nesta edição inaugural, o jornalista traça um roteiro do esquema utilizado por poderosos fazendeiros da região amazônica para assassinar Fonteles, até detalhes sobre os mandantes do assassinato, que continuaram impunes. Pela natureza da situação e envolvimento no crime de pessoas influentes no Pará, jornais como *O Liberal*, para o qual o jornalista trabalhava, não publicaram o material jornalístico. A falta de apoio levou Lúcio Flávio Pinto a criar o *Jornal Pessoal*.

Figura 5: Imagem da primeira edição do *Jornal Pessoal*, de 1987.



Fonte: (<http://chargesdojornalpessoal.blogspot.com.br/2012/06/primeira-edicao.html>), 2014

Hoje com 27 anos de existência, o jornal é reconhecido como uma das mídias alternativas mais antigas e influentes da Amazônia e do Brasil (AMORIM, 2008); possui uma tiragem de 2 mil exemplares em Belém – capital do estado do Pará, região Norte do Brasil – e em 2008 entrou na internet, sendo acessível a leitores de todas as partes do mundo, por meio de sua versão digital na página oficial do jornal (<http://www.lucioflaviopinto.com.br>). O *website* da University of Florida Digital Collections (UFDC)⁸ disponibiliza uma boa parte da coleção do jornal.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

O fato de o *Jornal Pessoal* não contar com nenhum tipo de publicidade, possibilitou a Lúcio Flávio Pinto a independência necessária para escrever, denunciar e cobrar posições do governo e da sociedade sobre os graves acontecimentos amazônicos, rompendo as censuras impostas em período de democracia restabelecida.

Diferentemente da censura da ditadura civil-militar, na Amazônia predomina uma “pressão velada” na qual o próprio sistema político e judiciário favorece grandes proprietários de terra, empresários, e pessoas que ocupam cargos influentes na região. Abusos políticos, corrupção, grilagem de terras terminam quase da mesma forma: em impunidade. O caso Fonteles é um exemplo dos muitos registrados na região. Como não se pode fechar jornais alternativos e tampouco fazer apreensões de edições como à época da ditadura, a história do *Jornal Pessoal* se confunde com uma multiplicidade de ações judiciais no Tribunal de Justiça do Pará (TJE-Pa) contra o jornalista Lúcio Flávio Pinto: são 33 processos na justiça de Belém.

Pela relação de dependência entre os grandes veículos de comunicação com o sistema político e econômico no Pará, uma boa parte dos acontecimentos é omitida pela imprensa local e divulgada apenas em jornais alternativos como o *Jornal Pessoal*. Atualmente, os dois jornais impressos mais vendidos em Belém, capital do Pará, são *O Liberal* (1946) pertence às Organizações Rômulo Maiorana (ORM), e o *Diário do Pará* (1982) da família de Jader Barbalho, que ocupou importantes cargos políticos no estado nos últimos 40 anos.

A página oficial do *Jornal Pessoal* na internet disponibiliza reportagens no meio impresso integralmente, com o acesso permitido após o cadastro do usuário no *website*. A abertura das discussões sobre as questões regionais no meio digital tornou possível uma maior democratização das notícias, ampliando a esfera pública, que antes era local.

A adesão do *Jornal Pessoal* e do *Resistência* ao mundo virtual permitiu também a criação de redes de apoio aos jornais. O *Jornal Pessoal* se articula em rede com seus leitores por meio de duas frentes: por meio do perfil do jornalista Lúcio Flávio Pinto no *Facebook*, criado por leitores do jornal, que já atingiu mais de 5.300 curtidas; além do compartilhamento de reportagens escritas pelo jornalista em diversos meios de comunicação *online*.



Figura 6: Imagens da página online do *Jornal Pessoal* e da página do *Facebook*.

A segunda frente diz respeito à rede de colaboração ao jornalista criada como forma de protegê-lo das injustiças político e jurídicas sofridas pelo jornalista ao longo da existência do jornal. Como exemplo destaca-se a Rede Somos Todos Lúcio Flávio Pinto que conta com o apoio de internautas (Amorim, 2013) que, por meio das mídias sociais *Facebook* e *Twitter*, decidiram ajudar o jornalista contra possíveis condenações na justiça. Uma delas diz respeito a condenação referente a uma reportagem publicada no *Jornal Pessoal*, em que Lúcio Flávio Pinto cita Cecílio Almeida, então dono da Construção C. R. Almeida, como um dos maiores grileiros de terra do país, chamando-o de “pirata fundiário”.

O poder da rede permite a formação de laços que ultrapassam as barreiras geográficas. As discussões, que antes ficavam restritas a pequenas áreas, hoje chegam ao conhecimento de novas audiências, que podem intervir, questionar e até transformar uma dada situação, criando as redes de que fala Castells (2002). O autor argumenta que a internet favorece a criação na rede dos chamados laços fracos, que se mostram fontes importantes de informações e apoios:

A internet favorece a expansão e intensidade dessas centenas de laços fracos que geram uma camada fundamental de interação

social para as pessoas que vivem num mundo tecnologicamente desenvolvido. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada. (CASTELLS, 1999, p. 445).



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

A internet passou a ser estratégica para o *Jornal Pessoal*. Com o auxílio dessas interações sociais que se formaram na rede, constituídas por leitores, jornalistas, atores e movimentos sociais, organizações não-governamentais, e outros, Lúcio Flávio Pinto conseguiu arrecadar o valor solicitado pela justiça brasileira – 25 mil reais – e pagou a indenização à família do grileiro, já que Cecílio do Rego Almeida faleceu em março de

2008. Em decorrência de todos os obstáculos que o *Jornal Pessoal* enfrenta, observa-se que o alternativo preserva o direito à informação na região, democratizando assuntos de uma Amazônia que muitos ainda não conhecem.

Conclusão

Na Amazônia, as mídias alternativas têm um papel fundamental na luta pela democratização da comunicação. Os jornais alternativos, impresso ou digital, expõem uma resistência a toda forma de opressão na região, seja no campo político, econômico, agrário e de comunicação.

Na atual configuração política, os meios de comunicação regionais fazem parte de grandes empresas midiáticas, como é o caso do jornal *O Liberal*, pertencente às *Organizações Rômulo Maiorana*, afiliada à *Rede Globo de Televisão*. Dependentes dessas ligações com conglomerados nacionais e internacional, os meios de comunicação locais ficam reféns do que pode ou não ser divulgado para não prejudicar a imagem e acordos financeiros das organizações das quais são subordinadas.

É nesse contexto que sobrevivem as mídias alternativas na região. A migração para a internet favoreceu a ação dessas formas de comunicação por se tratar de um meio mais barato de produção e distribuição de informações. A esfera pública alternativa de temáticas áridas da Amazônia (conflitos agrários, grilagem de terras, trabalho escravo) foi ampliada consideravelmente.

Este fator tornar-se ainda mais relevante dada às dimensões da fronteira Norte do País. O que antes circulava apenas na região passou ser compartilhado globalmente. Apesar das dificuldades de acesso à internet na região, as mídias como *Resistência* e *Jornal Pessoal* têm contribuído para alimentar a esfera pública alternativa de forma planetária. Os problemas das populações locais e de movimentos sociais encontram um



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

lugar de exposição e debate nas páginas desses meios para forçar conquista, apoios e soluções amazônicas.

Referências

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Rede Somos Todos Lúcio Flávio Pinto: Rebeldia e ativismo político amazônico na web.** In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto: MG, 2013.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados 19.** Vol. 53, p. 7, 2005. BRITO, Rosaly Seixas. Resistir, mais que nunca, é preciso. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). In: **Jornal Resistência.** Ano 35, agosto de 2013. Disponível em: <http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/p/arquivo.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.** In: A Sociedade em Rede. v. 1. 11ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/FGV. Mapa da Inclusão Digital. In: **Centro de Pesquisas Sociais.** 2010. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

CHAUÍ, Marilena & NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O pensamento político e a redemocratização no Brasil.** São Paulo: Lua Nova, nº 71, 2007, pp. 173-228. In <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/05.pdf>, extraído em 20 jan 2014.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais.** Tradução: Silvana Vieira – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FERREIRA, Paulo Roberto. Tempos de Resistência. WOITOWICZ, Karina Janz (org.). In: **Recortes da Mídia Alternativa: História e memórias da Comunicação no Brasil.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa.** 2ª



**30º ENCONTRO
REGIONAL NORTE
DE HISTÓRIA DA MÍDIA**

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

ed. Edusp, 2001. Editoração Digital: Eccentric Duo. Disponível em: <http://www.nacorrenteza.jor.br/blog/wp-content/uploads/2012/02/jornalistas-e-revolucionarios-kucinski.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2013.

MORAES, Dênis de. “Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas”. In: **Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación**. Vol. IX, n. 2, maio – ago. / 2007.

PERUZZO, Cicilia M.K. Aproximações entre Comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal-RN, 2008.

_____. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 2006.

PETIT, Pere. CUÉLLAR, Jaime. 2012. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. Jornalismo na Selva. In: **Revista Adusp**: Associação dos Docentes da USP. Seção sindical da Andes-SN, n. 42, 2008.

_____. **Jornal Pessoal**. Disponível em: <http://www.lucioflaviopinto.com.br/>. Acesso em 14 de outubro de 2013.

_____. O caso Fonteles: um crime bem planejado. In: **Jornal Pessoal**. Ed. nº 01, 1987. As Charges do Jornal Pessoal. Disponível em: <http://chargesdojornalpessoal.blogspot.com.br/2012/06/primeira-edicao.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

SDDH. **Autossustentabilidade**. In: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Disponível em: http://sddh.org.br/?page_id=816http://somostodoslucioflaviopinto.wordpress.com. Acesso em 25 de janeiro de 2014.



30º ENCONTRO
REGIONAL NORTE
DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

A articulação de jornais e espaços públicos na Ilustração Inglesa (1700-1820)⁸⁰

Luís Francisco Munaro⁸¹

Resumo: O Iluminismo, pensado a partir de sua vinculação com os espaços de sociabilidade, sua dependência do trânsito, circulação e apresentação contínua da novidade e da diferença, caracteriza uma transformação contínua na organização da cidade. Habermas notou essa importância ao sugerir o papel dos cafês e salões para a formação de um círculo de retroalimentação entre os escritos ilustrados e as conversações: as conversas alimentavam a pauta periódica dos jornalistas, tanto quanto os jornais reforçavam determinados círculos de conversação. James van Horn Melton trouxe nova luz ao estudo desses espaços oferecendo um panorama mais completo relativo ao seu papel de abrigar uma cultura da interação ou da conversação. Nosso interesse, no âmbito deste artigo, é perceber como essas transformações de espaço abrigaram uma nova forma de cultura escrita, ligada à regularidade e linearidade, a que se chama, hoje, jornalismo, intimamente dependente do esforço interativo.

Palavras-chave: Iluminismo; Jornalismo; Ilustração britânica; Taverna; Modernidade.

As práticas e representações modernas não nasceram de forma súbita dos escombros do Antigo Regime e nem concernem à realização de um futuro escatológico no qual a Razão aparece como a madrinha dos mais altos valores humanos e sua possibilidade suprema de realização. Ao contrário dessa visão teleológica que baliza o moderno entre dois pontos fixos, a modernidade se realiza permanecendo vinculada a um discurso tradicional em que o passado, longe de se tornar relíquia, resiste no bojo da política crescente de racionalização e instrumentalização dos espaços levada a cabo pelos homens do Iluminismo. Estudar a consolidação das práticas modernas é um esforço que diz respeito à investigação dos espaços urbanos específicos que materializaram o ânimo teórico presente no discurso das Luzes. Existem, supomos, bons ganhos compreensivos quando optamos por vincular a discursividade característica do Iluminismo com a materialidade dos espaços de socialização que demarcam novas formas de subjetivação e

⁸⁰ Trabalho apresentado no GT Historiografia do III Encontro Regional Norte de História da Mídia.

⁸¹ Docente do Curso de Jornalismo na UFRR.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

circulação de seres humanos, considerando, assim, que a abordagem compreensiva traz implícita a possibilidade de, segundo Pierre Rosanvallon, “configurar genealogias de possibilidades e impossibilidades que estruturam os horizontes dos atores” (2010, p. 48). De fato, especular as possibilidades de diálogo e trânsito de atores considerados porta-vozes das Luzes a partir dos espaços que freqüentara, é avançar no que diz respeito ao esforço compreensivo da modernidade.

No que concerne à dificuldade de estudar o período de dispersão das Luzes, Lynda Nead lança importantes questões em seus estudos sobre a cidade Vitoriana. Ao mesmo tempo em que as práticas e discursos modernos investiam numa transformação radical do espaço urbano, as crenças dos cidadãos resistiam ao fluxo torrencial das mudanças. Esse pano de fundo material que constitui a cidade se torna um agente das mudanças em curso, nunca se mantendo inativo a elas, como se fosse o palco de um teatro (de forma que, inclusive, “teatro das Luzes” não parece ser uma boa expressão). Ela não apenas ajuda a estruturar as ações dos indivíduos como toma parte ativa nelas, ajudando a configurar olhares, práticas, modos de vida e discursos (NEAD, 2000, p. 8).

A cidade, portanto, constitui um importante documento para a compreensão das formas de viver e atua como um condicionante dessas mesmas expressões de vida. A secularização da cidade faz parte das práticas modernas. Isso implica numa diferença radical no olhar e no se relacionar com os outros e experimentar o mundo. Em seu estudo *Galáxia de Gutenberg* (1972), Marshall McLuhan observava que novos condicionamentos psíquicos surgiam com a iminência de novas práticas sociais, como aquela que diz respeito à impressão e disseminação de material escrito. Jonathan Crary, ao estudar as formas de olhar no século XIX, percebe que o confronto do indivíduo com a cidade em pleno processo de modernização inclui transformações substantivas nas formas de enxergar o mundo. Ou seja, há uma objetualização do mundo levada a cabo pelo observador cada vez mais isento de relações subjetivas que, segundo a crença iluminista, poderia danificar a apreensão do “mundo em si mesmo” (1990, pp. 10-1). Essa discussão de caráter mais propriamente fenomenológico ajuda a dar uma dimensão das transformações substantivas nos espectros de ações dos indivíduos, limitados como eram pelas mutações dos ambientes vividos. É evidente que a transformação destes ambientes está ligada à emergência de novas formas de discursividade e cultura política, aspectos importantes da historiografia.